

### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# PREGÃO PRESENCIAL № 111/2018

P U B L I C A D O Diário Oficial do Município Data 1º/10/2018 - nº 921 - Pág. 5

O Município de Tibagi, Estado do Paraná, torna público que às 13h30min, do dia 15 DE OUTUBRO DE 2018, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada à praça Edmundo Mercer nº 34, nesta cidade, será realizada licitação na modalidade de PREGÃO, do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é a contratação de empresa especializada em implantação, qualificação e manutenção de soluções voltadas para arrecadação municipal e gestão, com a finalidade de apoiar as ações da Secretaria Municipal de Finanças e seus respectivos Departamentos, conforme descrito no presente Edital e seus anexos.

O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

### 1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em implantação, qualificação e manutenção de soluções voltadas para arrecadação municipal e gestão, com a finalidade de apoiar as ações da Secretaria Municipal de Finanças e seus respectivos Departamentos, conforme especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital.

**1.2** - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão feitos por menor preço, com formalização de contrato de prestação de serviços.

# 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **2.1** Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.
- **2.2** Não poderão participar da presente licitação, os interessados:
- a) empresas que se encontre em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam como direito de licitar e contratar com a administração pública suspensa ou que tenham sido declaradas inidôneas, bem como as licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

c) que possua em seu quadro social, como acionista majoritário, controlador ou sócioadministrador, pessoa com vínculo de parentesco e linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau inclusive, de agentes políticos municipais – prefeito, vice, vereadores e secretários - bem.como de pregoeiro, membros de sua equipe de apoio e da comissão de licitações.

# 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **3.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Pregão, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, na Prefeitura Municipal, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **3.2** Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

# 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto nº 3.555, de 2000.
- **4.2** Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- **4.3** Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:
- I cópia, autenticada, da cédula de identidade;
- II Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, no mínimo para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, ou
- III cópia, autenticada, do contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou no caso de empresa individual, registro comercial, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.
- **IV** Declaração de condição de ME ou EPP, firmada pelo representante legal da empresa (modelo  $n^{o}$  2).



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **4.4** O licitante que enviar os envelopes, antecipadamente ou no dia da sessão, sem representante credenciado, deverá enviar também, em envelope separado, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Modelo nº 1 deste edital) e a declaração de condição de ME ou EPP (Modeloo nº 2 deste edital).
- **4.5** Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.
- **4.6** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, porém impedirá o suposto representante de praticar atos no certame licitatório, em nome da empresa.
- **4.7** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

# 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS

- **5.1** Cada licitante deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro:
- **5.1.1** Declaração, em separado dos envelopes, de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme modelo constante neste Edital.
- **5.1.2** Dois conjuntos de documentos, a Proposta de Preços e os de Habilitação.
- **5.2** A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e lacrados, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI PREGÃO PRESENCIAL Nº 0...../2018 LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_ ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) ou ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

- **5.3** As licitantes deverão comparecer à sessão do Pregão com todos os documentos de habilitação mencionados no edital, mas apenas serão entregues ao Pregoeiro, quando solicitados.
- **5.4** Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em originais; por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor autorizado do Município de Tibagi ou, ainda, por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE № 1)

- **6.1** A proposta de preço deverá ser apresentada rubricada pelo representante legal em todas as folhas, com carimbo e assinatura na última, nome, endereço, CNPJ, inscrição estadual ou municipal, número do Edital, Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital e o valor;
- **6.1.1** Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tributos de qualquer natureza, despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- **6.1.2 -** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
- **6.1.3** Prazo de contratação: 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da lei 8666/93.
- **6.2** Não será admitida cotação inferior à quantidade por item prevista neste Edital.
- **6.3** Nos preços propostos na proposta de preços e lances será admitido somente duas casas decimais após a vírgula.
- **6.4** Havendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- **6.5** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **6.6** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- **6.7** A simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

### 7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE № 2)

- **7.1** O envelope **"Documentos de Habilitação"** deverá conter:
- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

seus administradores; ou no caso de empresa individual, registro comercial. Em todos os casos com o ramo de atividade coincidente com o objeto licitado;

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (Alvará), relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União;
- h) Certidão Negativa Municipal, da sede do proponente;
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- k) Declaração que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo nº 3).
- l) Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação (modelo  $n^{o}$  4);
- m) Declaração de não parentesco (modelo nº 5);
- n) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já executou serviço semelhante ao objeto desta licitação, em quantidade e prazo, e, que ateste a qualidade dos mesmos;
- I. Entende-se por serviço equivalente com o objeto da presente licitação, a execução/prestação que possua, no mínimo, quantitativo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do serviço do objeto proposto.
- **7.2** Os documentos relacionados na alínea "a" e "b" do subitem 7.1. não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- **7.3** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# 8. MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

- **8.1** A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) estarão sujeitas a todas as regras estabelecidas neste edital para a habilitação.
- **8.2** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, entregues dentro do envelope nº 2, relativos a ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do PREGOEIRO, para a regularização da documentação fiscal.
- **8.3** A prorrogação do prazo para a regularização da documentação fiscal dependerá de requerimento tempestivo do licitante, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao PREGOEIRO.
- **8.4** A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado ao PREGOEIRO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Prefeitura para revogação.

### 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

- **9.1** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, após a abertura da sessão do certame licitatório, cada licitante, quando solicitada, entregará ao Pregoeiro os documentos abaixo relacionados:
- I Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso II abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme modelo sugestão contido neste Edital;
- **II -** Em envelopes distintos, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope nº 1) e Documentos de Habilitação (envelope nº 2).
- **9.2** Tão logo tenha sido declarada aberta a sessão e recebidos os documentos exigidos na licitação, o Pregoeiro comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- **9.3** Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos no presente Edital, o Pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos de credenciamento dos representantes das licitantes, exame este iniciado antes da abertura da sessão.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **9.4** Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes que contém as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.
- **9.5** Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

### 10. DO JULGAMENTO

O julgamento das propostas será realizado em duas etapas, a saber:

- **I Etapa de Classificação**, que compreenderá a ordenação das propostas de preço de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada quanto ao objeto e valor.
- **II Etapa de Habilitação**, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.
- **10.1** Etapa de Classificação das Propostas:
- **10.1.1 -** Serão abertos os envelopes "Proposta de Preço" de todas as licitantes.
- **10.1.2** O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para a realização do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- **10.1.3** Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- **10.1.4 -** O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.
- **10.1.5** O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº 3.555, de 2000.
- **10.1.6** Quando não houver, pelo menos, três propostas de preços escritas classificadas0, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até completar no máximo 3 (três) propostas válidas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.



### ESTADO DO PARANÁ

- **10.1.7** Em seguida, o Pregoeiro iniciará a fase de apresentação de lances verbais convidando as licitantes classificadas a ofertarem individualmente, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir da proposta escrita e classificada com o maior preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor em relação ao menor lance anteriormente ofertado.
- **10.1.8** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.
- **10.1.9** Caso não se realizem mais lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.
- **10.1.10 -** Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **10.1.11** Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **10.1.12** Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.
- **10.1.13** Nas situações previstas neste edital o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor.
- **10.1.14** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções constantes deste Edital.
- **10.1.15** Em caso de divergência entre informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
- **10.2** Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:
- **10.2.1** Efetuados os procedimentos previstos neste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.
- **10.2.2** Será inabilitada a licitante que não apresentar toda a documentação exigida neste Edital.



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **10.2.3** Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos.
- **10.2.4** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta classificada subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- **10.2.5** Na hipótese do subitem anterior, a licitante deverá ter a documentação de habilitação válida na data da sessão pública.
- **10.2.6** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.
- 10.2.7 Ao final da sessão do Pregão, na hipótese do objeto ser adjudicado pelo Pregoeiro à licitante declarada vencedora, serão encaminhados, posteriormente, os autos o senhor Prefeito Municipal para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao senhor Secretário Municipal de Administração para julgamento e, em caso de não provimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

### 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **11.1** Ao final da sessão, depois de declarada a licitante vencedora do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, que deverão ser pertinentes ao certame licitatório, podendo juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **11.2** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à licitante vencedora, conforme inciso XX do Art.4º da lei nº 10.520, de 2002.
- **11.3** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- **11.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **11.5** Julgados os recursos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o senhor Prefeito Municipal fará a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.
- **11.6** A fase recursal será formalmente anunciada pelo Pregoeiro, que consultará as licitantes representadas sobre sua intenção de recorrer e declarará, expressamente, que só serão conhecidos os recursos interpostos ao término da sessão.
- **11.7** Também não serão conhecidas as contra-razões a recursos intempestivamente apresentadas.
- 11.8 Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da lei nº 8.666, de 1993, caberão:
- **I Recurso**, interposto no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado na Prefeitura Municipal, nos casos de:
- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;
- c) aplicação da sanção prevista neste Edital.
- **II Pedido de reconsideração** da aplicação da pena prevista neste Edital, interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- **III Representação**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- **11.9** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

# 12. DA CONTRATAÇÃO

- **12.1** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por meio de contrato firmado com o Município, doravante denominado Contratante, e a licitante vencedora, que observará os termos da lei nº 8.666, de 1993, da lei nº 10.520, de 2002, do decreto nº 3.555, de 2000, deste Edital e demais normas pertinentes.
- **12.2** A licitante vencedora será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, assinar o contrato.
- **12.3** Se a licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas previstas neste Edital, observando-se com relação a cada nova licitante convocada.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **12.4** Antes da assinatura do contrato, a comprovação de regularidade do cadastramento pelo Contratante, por meio de consulta aos seus arquivos, devendo seu resultado ser informado no processo.
- **12.5** Se uma licitante homologada não apresentar situação regular no ato da contratação ou recusar-se injustificadamente a assinar o contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

# 13. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 O valor máximo da licitação é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- **13.2** O objeto do presente Edital será contratado pelo menor preço ofertado e apresentado na proposta final da licitante vencedora, limitando-se ao valor máximo estabelecido no item acima.
- **13.3** O preço contratado será fixo e irreajustável.
- **13.4** As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta do orçamento geral vigente, na seguinte dotação:
- 07.001.04.123.0401-2020 3390.39.0000 vínculo 000 Referência 706

### 14. DO RECEBIMENTO

- **14.1** No local da execução, um servidor designado fará o recebimento provisório, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar do canhoto e no verso da Nota a data da entrega.
- **14.2** Em caso de não conformidade, o servidor discriminará, mediante termo circunstanciado, em duas vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à Secretaria Municipal de Administração, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.

### 15. DO PAGAMENTO

**15.1** - O pagamento pela execução do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária, verificando-se antes do pagamento, a comprovação de regularidade da Contratada, em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços.





### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **15.2** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado no Contrato.
- **15.3** Caso os dados da fatura estejam incorretos, a Contratante formalizará à Contratada, e esta emitirá nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

# 16. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **16.1 -** A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um funcionário da Secretaria Municipal de Finanças.
- **16.2** A fiscalização será exercida no interesse da Contratante, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- **16.3** A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais entregues, se em desacordo com o Contrato.
- **16.4** Todas as comunicações relativas ao presente Contrato, serão consideradas regularmente feitas desde que entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, facsímile ou *e-mail*, devidamente confirmados.

# 17. DAS OBRIGAÇÕES

### 17.1 - Incumbe ao Contratante:

- I acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto, conforme disposto neste Edital;
- II vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
- **III -** designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo;
- IV efetuar o pagamento à Contratada;
- V aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

# 17.1 - Incumbe à Contratada:



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- I entregar o objeto da presente licitação dentro do prazo disposto no Edital, conforme especificações técnicas constantes da sua proposta comercial;
- II atender prontamente quaisquer orientações e exigências do representante da Administração, inerentes ao objeto da contratação;
- III manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- **IV -** emitir fatura no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento;

### 18. DAS PENALIDADES

- **18.1** A proponente sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais da Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e responsabilidades civil e criminal:
- a) Advertência;
- **b)** Multa;
- **c)** Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos prevista na Lei Federal nº 10.520/2002;
- **d)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **18.2** As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito cobrado mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.
- **18.3** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

### 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **19.1** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
- **19.2** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

compreensões da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

- **19.3** É facultada ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- **19.4** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- **19.5 -** A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.
- **19.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na sede administrativa do Município, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- **19.7** O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- **19.8** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- **19.9** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro da Comarca de Tibagi.
- **19.10** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.
- **19.11** Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, na Secretaria Municipal de Administração, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, no endereço abaixo, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3916-2129 ou pelo *e-mail* <u>licitacao@tibagi.pr.gov.br</u>.
- **19.12** Cópia do presente Edital e seus Anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 8:00 às 11:30 e de 13:00 às 17:30 horas, no endereço acima e no *site* da internet <a href="www.tibagi.pr.gov.br">www.tibagi.pr.gov.br</a>.



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **19.13** A apresentação de proposta implicará plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 19.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.
- 19.15 Fazem parte integrante deste Edital:
- a) Anexo I Termo de Referência;
- b) Modelo nº 1 Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- c) Modelo nº 2 Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;
- d) Modelo nº 3 Modelo de Declaração de não-emprego de mão-de-obra de menor;
- e) Modelo nº 4 Declaração de inexistência de fato superveniente;
- f) Modelo nº 5 Declaração de não parentesco;
- g) Minuta de Contrato

Tibagi, em 14 de setembro de 2018.

RUBENS EUGÊNIO LEONARDI Secretário Municipal de Administração



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

### ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO PRESENCIAL № 111/2018

# 1. INTRODUCÃO

O presente Termo de Referência trata da contratação de empresa especializada em implantação, qualificação e manutenção de soluções voltadas para arrecadação municipal e gestão, com a finalidade de apoiar as ações da Secretaria Municipal de Finanças e seus respectivos Departamentos

# 2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade da contratação de serviços especializados voltados para arrecadação tributaria pelo fato de termos uma base de dados antiga e inconsistente, que sem dúvida necessita de correções no cadastro e nas rotinas de calculo, para aperfeiçoar e conseguir resultados, para realizar essa tarefa é necessário conhecimento profundo em linguagem SQL, legislação tributaria, e rotinas de cálculos tributários. Hoje o software contratado nos atende parcialmente no tocante a operacionalização da arrecadação tributaria, almejamos ter aplicações avançadas para melhorar o planejamento e buscar o incremento de receita, pretendemos através da contratação implementar o geoprocessamento e o boletim de cadastro imobiliário com croquis digitais, a consultoria e assessoria será voltada para novas soluções onde contempla a qualificação dos nossos técnicos e a manutenção do que foi implantado garantindo a continuidade. Para o projeto será utilizado ferramentas de domínio publico sem custo de licença.

# 3. METODOLOGIA

Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo decreto federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A escolha da modalidade de Pregão Presencial para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela possibilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante o próprio processo de escolha.

# 5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

O presente tem por objeto a contratação de Contratação de empresa especializada em implantação, qualificação e manutenção de soluções voltadas para arrecadação municipal e gestão, com a finalidade de apoiar as ações da Secretaria Municipal de Finanças e seus respectivos Departamentos, nos termos abaixo:

- 5.1 Tecnologia da Informação:
- a) Implantação de boas práticas de desenvolvimento de software e gerência de projetos;
- b) Levantamento dos requisitos, análise de sistemas e documentação para novas aplicações;
- c) Suporte técnico especializado em linguagem em PHP e banco de dados SQLSERVER e POSTGRESQL;
- d) Assessoria técnica especializada em Geotecnologias;
- e) Técnicas de Tuning para Melhoria de Desempenho em Banco de Dados.
- 5.2 Arrecadação:
- a) Analisar e corrigir a base de dados cadastral e a base de cálculo usando linguagem SQL, contudo a empresa deverá criar uma cópia do banco de dados para realizar os testes, somente após esse procedimento poderá ser aplicado na base de produção, todos os processos realizados na base de produção deverão ser Realizados após o horário de expediente;
- b) Realizar auditoria e corrigir as bases da arrecadação (ISS, IPTU, TAXAS, etc.):
- I. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- II. O imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como, a cessão de Direitos à sua Aquisição;
- III. O imposto sobre Serviços de Quaisquer Naturezas;



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- IV. A contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;
- V. As taxas, especificadas na Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município.
- c) Aferir o cadastro mobiliário e imobiliário, bem como orientar os agentes públicos municipais quanto ao preenchimento dos mesmos;
- d) Sugerir, baseado na parametrização do sistema, novas rotinas de cálculo e/ou mudanças na legislação vigente que contribua com a melhoria do sistema de arrecadação;
- e) Criar relatórios gerenciais que simule o impacto dos cálculos, ficando a cargo do Secretário Municipal responsável e da sua equipe decidir quanto à aplicação ou não da rotina;
- f) Estabelecer via sistema, métodos de conferência de lançamentos de dados;
- g) Em momento algum as alterações/correções propostas podem ferir a Constituição, o Código Tributário Nacional, o Código Tributário Municipal ou qualquer outra legislação vigente;
- h) As bases e os bancos de dados deverão ser estruturados para possibilitar o planejamento, tabulação e cruzamento dos dados;
- i) Fornecer uma ferramenta de acompanhamento e gestão que possibilite maior clareza para aferir os lançamentos, o qual deve estar conectado ao banco de dados do sistema atual desta Prefeitura, devendo ser parametrizado conforme as necessidades da comissão de lançamento e do Secretário responsável.

# 5.3 - Open source:

Implantação e manutenção de ferramentas de domínio publico, bem como alterações, desenvolvimentos, customização e parametrização das aplicações. Toda e qualquer aplicação deve utilizar código aberto, após a implementação deve ser realizado a transferência de conhecimento para os agentes públicos da Secretaria Municipal de Finanças.

# 5.4 - Infraestrutura:

- a) Qualificação em Gestão e configuração de servidores Linux e Windows;
- b) Qualificação em Gestão e configuração do serviço de firewall, Proxy e DDNS;
- c) Qualificação em Gestão, configuração e segmentação da rede de Internet/Intranet da Prefeitura;



### ESTADO DO PARANÁ

- d) Assessoria e capacitação do corpo técnico do departamento responsável pela execução e supervisão de fusão de fibra óptica, manutenção de rede óptica e configuração de equipamentos ópticos;
- 5.5 O trabalho a ser desenvolvido deverá ser de prestação continuada, na qual todo assessoramento será demandado pela Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Tecnologia da Informação.
- 5.6 Ferramenta para criação de cenários, indicadores de inteligência de governo.
- 5.6.1 Ferramenta de Business Intelligence integrada aos Bancos de dados do município em ambiente WEB e banco de dados independente, código fonte aberto para evolução.
- a) Permitir criação de novos cenários (agrupamento de painéis).
- b) Permitir abertura de cenários existentes conforme controle de acesso por usuário.
- c) Permitir a exclusão de cenários conforme controle de acesso.
- d) Permitir salvar os cenários criados no banco de dados para futura recuperação.
- e) Permitir o cadastro de conexões com banco de dados diversos como Oracle, SQL Server, Firebird, PostgreSQL e MySQL.
- f) Permitir o cadastro de Script no formato SQL ANSI para extração dos dados. Possibilidade de validar o script e editá-lo posteriormente.
- g) Permitir a exibição das referências extraídas no Script em formato de tabela.
- h) Permitir o agendamento programado da carga dos dados ou início imediato da carga.
- i) Permitir a criação de tabelas completas e simples com possibilidade de interdependências entre elas. Podendo funcionar com a funcionalidade DRILL-DOWN. Permitir a criação de campos calculados.
- j) Permitir a criação de gráficos com possibilidade de interdependências entre eles e as tabelas. Podendo funcionar com a funcionalidade DRILL-DOWN. Permitir a criação de campos calculados. Os tipos de gráficos são: Pizza, Coluna, Barra, TreeMap e Meter.
- k) Permitir à visualização dos filtros aplicados as consultas com possibilidade de apagá-la e refazê-lo.
- 1) Permitir o controle de acesso dos usuários sobre os cenários e suas ações.
- 5.7 Características referentes ao módulo de utilização do software pelo usuário final:



### ESTADO DO PARANÁ

- a) Deve permitir que todas as dimensões disponíveis para os usuários possam ser combinadas para a construção de gráficos e tabelas, pelo próprio usuário final e no momento de sua necessidade, sem que para isso seja preciso fazer qualquer tipo de recarregamento ou reconstrução ou regeneração de quaisquer estruturas que o software utilize para hospedar os dados;
- b) Deve armazenar todos os dados a serem consultados pelos usuários, em todos os níveis de detalhe possíveis, diretamente na memória RAM do servidor, de forma compactada, visando à maximização da velocidade de acesso aos mesmos durante a execução das consultas;
- c) Deve reagir automaticamente todas as vezes em que o usuário filtrar algum valor de qualquer dimensão, indicando nas demais dimensões do modelo, quais os valores que estão relacionados ao valor filtrado pelo usuário e quais os que não estão relacionados;
- d) Deve permitir que o próprio usuário final possa construir hierarquias de *drill-down*, ou seja, consulta de detalhes de uma informação sumarizada com qualquer combinação de dimensões disponíveis no modelo, sem a necessidade da intervenção do pessoal de tecnologia da informação, sem limitações quanto à quantidade de níveis e de forma on-line, isto é, sem a necessidade de regeneração, recarregamento ou reconstrução prévia de quaisquer estruturas de dados;
- e) Deve permitir que os painéis de consulta sejam desenvolvidos mostrando aos usuários os dados sob a forma de objetos gráficos, tais como: gráficos de barra, de pizza, de linha, de mostradores analógicos (relógio com ponteiro), de dispersão (estilo quadrante com uma dimensão sendo avaliada por dois eixos);
- f) Deve permitir que os usuários possam executar operações de *slice and disse,* ou seja, modificar a posição de uma informação alterando linhas por colunas de maneira a facilitar a compreensão dos usuários sobre os dados, mudando-os de eixo ao estilo de uma tabela dinâmica;
- g) Deve permitir a construção de alertas automáticos, diretamente pelos usuários ou pela equipe de tecnologia da informação, que avisem aos usuários, através do envio automático de e-mails, a ocorrência de um determinado fato avaliado pelo estabelecimento de condições, todas as vezes que os dados forem carregados nas estruturas de Business Intelligence;
- h) Deve permitir que o usuário salve os filtros mais utilizados por ele em suas consultas e análises, com o intuito de que possa recuperá-los facilmente quando necessitar deles posteriormente;
- i) Deve ter todo seu ambiente de desenvolvimento e de uso em português, tanto o conteúdo do que for desenvolvido (painéis de consulta), como também os menus e diálogos da própria ferramenta de desenvolvimento de *Business Intelligence*, incluindo os manuais e documentação técnica do *software*;



### ESTADO DO PARANÁ

- j) Deve permitir que os painéis de consulta desenvolvidos sejam acessíveis através de navegador internet, seja na intranet ou na internet, apresentando ao usuário os mesmos recursos visuais e de usabilidade disponíveis no módulo desktop da ferramenta, se este existir;
- k) Deve permitir a construção de painéis de simulação no estilo *what-if* (o que aconteceria se) onde o usuário possa avaliar alternativas através da modificação dos valores dos parâmetros que compõem a fórmula da simulação;
- l) Deve possuir funções diversas que auxiliem o desenvolvimento de métricas, seja pela equipe de tecnologia da informação e pelos usuários. Tais funções devem abranger, pelo menos, as áreas de: agregação, manipulação de strings e datas, funções lógicas, manipulação de formatos, funções financeiras;
- m) Deve permitir que valores nas dimensões tipo texto possam ser encontrados utilizandose qualquer parte do valor do texto na pesquisa (cláusula *like*);
- n) Deve permitir filtros nas dimensões tipo data (date) por expressão, tais como: cláusula menor, maior que, intervalo de valores;
- o) Deve permitir que as medidas possuam filtros por expressão, tais como: cláusula menor que, maior que, intervalo de valores;
- 5. 8 Características referentes ao módulo de utilização do software para a construção das rotinas de ETL e dos painéis de consulta para os usuários:
- a) Deve permitir o acesso às bases de dados padrão disponíveis no mercado, seja através de OLEDB e/ou ODBC;
- b) Deve permitir o acesso direto a dados estruturados armazenados sob o formato de arquivos-texto (delimitados ou de layout fixo), como também sob o formato de planilhas Excel (.xls, .xlsx);
- c) Deve permitir a implementação de um sistema de controle de acesso aos painéis e dados através da integração com o login e senha do usuário logado na rede windows;
- d) Deve permitir que o controle de segurança no acesso aos dados possa ser efetuado por usuário e por valores dos dados, delegando ou não acesso aos valores das dimensões, de acordo com o login do usuário que está ativo;
- e) Deve possuir versão de servidor em 64 bits na ferramenta de ETL e no armazenamento para garantir o acesso a quantidades de memória RAM além das barreiras impostas pela arquitetura de 32 bits;
- f) Deve permitir o acesso a dados que estejam em diversos modelos de dados, tais como: relacional normalizado, esquema estrela, esquema floco de neve;



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- g) Deve permitir que nos processos de ETL sejam combinados (relacionados) dados de fontes heterogêneas, tais como bases de dados relacionais, arquivos textos estruturados e planilhas Excel (.xls, .xlsx);
- h) Deve permitir que os processos de ETL possam ser depurados passo a passo, facilitando o encontro de um erro e de sua causa, quando ocorrer;
- i) Deve permitir a visualização do modelo de dados das estruturas de dados usadas pela ferramenta para exibir as dimensões e medidas aos usuários finais.
- 5.9 Características obrigatórias dos painéis de consulta a serem disponibilizados para os usuários:
- a) Devem permitir o agrupamento dos gráficos, tabelas e filtros a serem manipulados pelos usuários em áreas de negócio, de modo a facilitar e organizar o acesso aos mesmos;
- b) Os filtros selecionados pelos usuários devem ter abrangência geral no modelo de dados, permitindo que os valores dos dados das demais dimensões reajam quando uma dimensão for filtrada, apresentando automaticamente os elementos relacionados e não relacionados ao filtro feito;
- c) Devem possuir indicadores que informem ao usuário se houve alguma falha no processo de ETL e se os dados disponibilizados encontram-se íntegros;
- d) Devem possuir uma integração entre os painéis de consulta, de modo que o acionamento de um filtro em um deles interfira automaticamente nos outros que possuam informações relacionadas ao primeiro;

# 6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO

A empresa vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, a seguinte documentação:

- 6.1 Declaração indicando profissional(is) certificado(s) nas seguintes áreas de conhecimento, para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, e respectivos certificados a fim de comprovação de tal qualificação:
- a) Profissional certificado em Planejamento Governamental, por instituição de nível superior;
- b) Profissional certificado em Contabilidade Pública, por instituição de ensino superior;
- c) Profissional certificado em Administração Pública, por instituição de ensino superior;
- d) Profissional Certificado em Banco de Dados SQL SERVER;



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- e) Profissional Certificado em Banco de Dados POSTGRESQL/ POSTGIS;
- f) Profissional Certificado em fibra óptica, devendo a certificação ser emitida pelo Fabricante da fibra;
- g) Profissional Certificado em Processo de Qualidade (CMMI ou MOPROSOFT ou MPS-BR ou SIMILAR).
- 6.2 Poderá ser indicado o mesmo profissional para quaisquer das áreas acima Especificadas, desde que apresentados os comprovantes da certificação requerida.
- 6.3 Deverá ser apresentada declaração do(s) profissional(is) indicado(s), aceitando a incumbência da prestação dos serviços objeto da presente licitação.
- 6.4 Comprovação de vínculo entre a empresa vencedora e o(s) profissional(is) indicado(s), por um dos seguintes meios:
- a) Apresentação de contrato social, no caso de sócio;
- b) Cópia da carteira de trabalho;
- c) Contrato particular de prestação de serviço;
- d) Prova de eleição do profissional indicado como Diretor(a) da proponente na data prevista para início dos serviços;
- e) Caso a proponente possua cadastro em Conselho Profissional, poderá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao referido conselho, dentro do prazo de validade, onde o(s) profissional(is) indicado(s) conste(m) como responsável técnico e/ou quadro técnico.
- 6.5 O(s) profissional(is) indicados na forma do subitem anterior, deverão obrigatoriamente participar da execução dos serviços objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante, devendo ser apresentada pela contratada toda a certificação exigida em Edital do(s) novo(s) profissional(is) indicado(s);

# 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações já previstas, a proponente vencedora deverá:

**a)** Executar novamente, e imediatamente, os serviços que se fizerem necessários, independentemente das penalidades cabíveis.



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **b)** Permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção do local dos serviços pelos agentes do CONTRATANTE, a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.
- **c)** Comunicar à fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços em parte ou no todo.
- **d)** Assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributaria decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.
- **e)** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
- **f)** prestar orientações técnicas ao corpo administrativo, do CONTRATANTE, semanalmente, de modo a cultivar perfeito entrosamento entre as atividades de um e de outro;
- g) observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a realização das etapas dos serviços;
- **h)** assessorar o desenvolvimento dos trabalhos e atividades desenvolvidos em função das orientações prestadas;
- i) atender prontamente as solicitações de esclarecimentos e orientações efetuados pela CONTRATANTE ou prepostos autorizados;
- j) guardar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das atividades-fins do CONTRATANTE, bem como dos trabalhos realizados, salvo orientação em contrário formulada expressamente pelo CONTRATANTE;
- **k)** assumir todas as despesas com transportes, alimentação e estadia de seus prepostos, quando necessário para execução dos trabalhos ora licitados.

# 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **a)** Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.
- **b)** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.
- c) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais.
- **e)** Fornecer a CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços contratados.



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- 9. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO, DA FORMA DE PAGAMENTO, QUALIDADE E PRAZO DE validade da proposta
- **a) Prazo de contratação:** 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser renovados nos termos da lei 8666/93.
- **b) Forma de pagamento:** o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelais iguais e mensais.
- c) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- **d)** Em hipótese alguma serão aceitos os serviços em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada, o controle de qualidade é de sua responsabilidade, bem como visando a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade.

Tibagi, 14 de setembro de 2018

RUBENS EUGÊNIO LEONARDI Secretário Municipal de Administração



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

# Modelo nº 01

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

# DECLARAÇÃO DE CUPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

	,(razão social da empresa), inscrita no CNPJ
N.º :com sede na	, (endereço completo) por
intermédio de seu representante legal, o(a)	Sr.(a) infra-assinado,
cargo, portador(a) da	Carteira de Identidade e órgão emitente
e do CPF/MF nº	, para cumprimento do previsto no inciso
VII do artigo $4^{\circ}$ da Lei n $^{\circ}$ 10.520, de 17	/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002,
DECLARA expressamente que cumpre plen	amente os requisitos de habilitação exigidos no
Pregão nº 0/2018.	
	de de 2018
	dc 2010
(represe	entante legal)



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

# Modelo nº 02

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

# DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

	, (razão	social da empresa	a), inscrita no CNPJ N.º
com sede na _		, (endereço cor	mpleto) por intermédio de
seu representante legal,	o(a) Sr.(a)		infra-assinado, cargo
, portador(	a) da Carteira de I	dentidade e órgão e	emitente
e do CPF/MF nº	, declara, so	b as penas da lei,	que cumpre os requisitos
legais para qualificação con	no	(indica	ar a condição na qual a
empresa se enquadra: M	icroempresa - M	E <u>ou</u> Empresa de	Pequeno Porte - EPP)
conforme previsto no artigo	3º da Lei Comple	mentar Federal nº	123/2006, e que não está
sujeita a quaisquer dos imp	edimentos do § 4º	deste mesmo artig	30, estando apta a usufruir
do tratamento favorecido es	tabelecido, no que	couber, nos artigos	42 a 49 da citada lei.
_		de de 2018	
	(representa	ante legal)	



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

# Modelo nº 03

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

# DECLARAÇÕES DE NÃO-EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

,(razão social da empresa), inscrita no CNPJ N.º
com sede na, por intermédic
de seu representante legal, o(a) Sr.(a) infra-assinado
portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF/MF nº
para os fins de habilitação no Pregão nº/, DECLARA expressamente que para fins do
disposto no inciso V do artigo $27$ da Lei n $^{ m 0}$ $8.666$ , de $21$ de junho de $1993$ , acrescido pela Lei
$ m n^0$ 9.854, de 27 de outubro de 1999 e, ainda, no Decreto $ m n^0$ 4.358, de 5 de setembro de 2002
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos;
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).
,de de 2018
(representante legal)



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# Modelo nº 04

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2018

O signatário da presente, em nome da proponente, para		
todos os fins legais e necessários, declara a inexistência de fatos supervenientes impeditivos		
da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32,		
parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações:		
,dede 2018		
(representante legal)		



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - <u>www.tibagi.pr.gov.br</u>

# Modelo nº 5

# PREGÃO PRESENCIAL $N^{\circ}$ 000/2018

# DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

0 signa	tário da presente, em nome da p	roponente	, para
todos os fins legais e r	necessários, declara que seus diri	gentes/sócios ou res <sub>l</sub>	onsáveis legais
abaixo relacionados n	ão possuem grau de parentesco l	inha reta, colateral o	u por afinidade
até o segundo grau in	nclusive, com ocupantes de carg	o de agentes político	os municipais -
prefeito, vice, vereado	res e secretários – bem como de p	oregoeiro, membros d	le sua equipe de
apoio e da comissão de	e licitações.		
Composição do Quadro		No Do DEGRAMO MA	D.I.M. D.O.
NOME	CPF	Nº DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL	DATA DO REGISTRO
Por ser verdad	e e clareza firmo a presente, do qu	ue dou fé.	
		, em de	de 2018
	(representante legal	<u> </u>	



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

**CONTRATO Nº 00../2018** 

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O *MUNICÍPIO DE TIBAGI* E ......, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE TIBAGI, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob no
76.170.257/0001-53, com sede administrativa nesta cidade à Praça Edmundo Mercer nº 34,
neste ato representado pelo prefeito municipal, em pleno exercício do seu mandato e
funções, Sr. RILDO EMANOEL LEONARDI, brasileiro, casado, empresário, residente e
domiciliada na rua, nesta cidade, portadora da cédula de identidade no RG3
SSP/PR e CPF/MF no, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro
lado, como CONTRATADA a empresa, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o no,
Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, estabelecida na rua, , na cidade de
, neste Estado, CEP, neste ato representada por, portador do RG/SSP-
PR e do CPF residente na rua, nesta cidade, neste Estado, tendo em vista o Pregão
Presencial no 0/2018, o que dispõe a lei nº 8.666/93 e demais disposições legais e
regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente contrato mediante as
cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a execução serviços ........

# CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Ficam fazendo parte integrante deste contrato, para todos os fins e efeitos legais, os atos convocatórios do **Pregão Presencial nº 0..../2018**, proposta da licitante vencedora, ora contratada, bem como demais documentos produzidos em função do processo licitatório referido, aos quais se vinculam ao presente.

# Parágrafo único - DOS TERMOS ADITIVOS

Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA e alterações nos projetos, especificações, prazos ou normas gerais de serviços do CONTRATANTE, bem como eventuais acréscimos, dentro dos limites estabelecidos em lei.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **3.1 -** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados o valor total de R\$ ...... (...............), mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa Municipal, da sede do proponente;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **3.2** No valor acima referido, estão, incluídas todas as despesas diretas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos (impostos, taxas e contribuições sociais), que por ventura a CONTRATADA for obrigada a recolher.

# CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de prepostos, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados e do comportamento profissional do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, sendo que qualquer irregularidade encontrada pelo CONTRATANTE será comunicado à CONTRATADA, que deverá providenciar imediata regularização, sob pena de retenção dos créditos ou, conforme a gravidade, rescisão do contrato.

# CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Nenhuma alteração poderá ser feita nas especificações do objeto deste contrato, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela fiscalização do CONTRATANTE, que expedirá previamente as respectivas autorizações à CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO DO CONTRATO

Sob pena de imediata rescisão do presente, a CONTRATADA fica expressamente proibida de ceder ou transferir o presente contrato, salvo nos casos de fusão, alteração contratual ou abertura de filiais, mesmo assim condicionada à prévia e formal autorização do CONTRATANTE.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contato, ou pelo cometimento de infrações contratuais, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, além das sanções previstas neste instrumento e na forma da lei  $n^{\circ}$  8.666/93 e alterações posteriores, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- **b)** multa, no valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- **c)** suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município de Tibagi pelo prazo de 05 (cinco) anos;



### ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

- **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Tibagi, até o ressarcimento dos prejuízos a ele causados;
- e) rescisão, nos termos do art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidades previstas neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela CONTRATADA, cabe recurso no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

# CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

Obriga-se a CONTRATADA, ainda, a:

- **a)** prestar orientações técnicas ao corpo administrativo, do CONTRATANTE, semanalmente, de modo a cultivar perfeito entrosamento entre as atividades de um e de outro;
- **b)** observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a realização das etapas dos serviços;
- c) assessorar o desenvolvimento dos trabalhos e atividades desenvolvidos em função das orientações prestadas;
- **d)** atender prontamente as solicitações de esclarecimentos e orientações efetuados pela CONTRATANTE ou prepostos autorizados;
- e) guardar absoluto sigilo quanto ao conteúdo das atividades-fins do CONTRATANTE, bem como dos trabalhos realizados, salvo orientação em contrário formulada expressamente pelo CONTRATANTE;
- **f)** assumir todas as despesas com transportes, alimentação e estadia de seus prepostos, quando necessário para execução dos trabalhos ora licitados.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO CONTRATANTE:

Obriga-se o CONTRATANTE, ainda, a:

- **a)** promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- b) efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos ajustados;

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# Parágrafo único - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a execução deste contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas na licitação.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII da lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

# Parágrafo primeiro - DA RESCISÃO POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Independente da possibilidade de rescisão amigável, por acordo entre as partes, poderá o presente ser rescindido no exclusivo interesse da Administração, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

# Parágrafo segundo - DE OUTROS MOTIVOS ENSEJADORES DE RESCISÃO

O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da aplicação das sanções previstas neste contrato e na Lei  $n^{\underline{0}}$  8.666/93.

# Parágrafo terceiro - DA RESCISÃO POR INICIATIVA DA CONTRATADA

Sendo a rescisão por iniciativa da CONTRATADA, deverá esta notificar o CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, renunciando expressamente a qualquer indenização decorrente de tal medida, salvo as de natureza acima mencionada.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da lei 8666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária ......, do orçamento geral vigente.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

As partes elegem o foro da comarca de Tibagi, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de duas testemunhas, abaixo assinadas.

Tibagi, .... de ..... de 2018.

# RILDO EMANOEL LEONARDI

Prefeito Municipal

•••••

Contratado



# ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - www.tibagi.pr.gov.br

# RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2018

RAZÃO SOCIAL				
CNPJ	Inscrição Estadual			
Endereço				
BAIRRO		СЕР		
CIDADE		ESTADO		
TELEFONE		FAX		
E-MAIL				
Nome do Representante			DATA	
Assinatura				

# Senhor Licitante,

Visando uma comunicação futura entre a Prefeitura do Município de Tibagi e as empresas licitantes, solicitamos aos interessados o preenchimento do recibo de retirada do edital, remetendo ao Pregoeiro no e-mail <u>licitacao@tibagi.pr.gov.br</u>.

O não encaminhamento do recibo de retirada exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações.